

Superior Tribunal de Justiça

EDcl nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.651.427 - RS (2017/0021466-0)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
EMBARGANTE : SHIRLEY TORRES COSENZA
ADVOGADOS : MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA E OUTRO(S) - PR019095
JOAO LUIZ ARZENO DA SILVA - PR023510
EMBARGADO : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de Embargos de Declaração, opostos por SHIRLEY TORRES COSENZA, a decisão de minha lavra, que acolheu os Embargos de Declaração, anteriormente opostos pela UNIÃO, para acrescentar, à decisão de fls. 422/427e, a majoração dos honorários recursais, previstos no art. 85, § 11, do CPC/2015, ante o não conhecimento do Recurso Especial por ela interposto.

Nas razões dos Embargos de Declaração (fls. 461/463e), a parte embargante alega omissão e obscuridade na decisão embargada, eis que:

"Ocorre que referida decisão incorreu em **omissão e obscuridade**.

Inicialmente, não houve manifestação a respeito do entendimento adotado por este Tribunal no sentido de que os honorários recursais seriam apenas devidos quando a sentença tenha sido proferida sob a égide do Código de Processo Civil de 2015, o que não é o caso dos autos.

(...)

De outro lado, a decisão retro é **obscura**, uma vez que determina a majoração dos honorários anteriormente fixados. **Ocorre que tais honorários haviam sido arbitrados em favor dos procuradores da parte Recorrente, vez que na instância inicial decaiu em ínfima parte. Da mesma forma, em segunda instância, o recurso da ora Recorrente foi provido, sendo que o da Recorrida foi integralmente desprovido.**

Sendo assim, é obscura a decisão que determina a majoração nos honorários sucumbenciais em razão do desprovimento do Recurso Especial, uma vez que tais honorários são destinados aos advogados da Recorrente.

Oportuno mencionar que a supressão de tais honorários, que foram arbitrados em razão do trabalho e êxito que tiveram os procuradores da Recorrente em primeira e segunda instância, não encontra amparo legal, uma vez que o não provimento do Recurso Especial não inverte a sucumbência, persistindo a

Superior Tribunal de Justiça

condenação da União Federal proferida em primeira instância"
(fls. 462/463e).

Os Embargos de Declaração merecem parcial acolhimento.

In casu, a UNIÃO pugnou, nos Embargos de Declaração, a fls. 432/434e, a majoração dos honorários advocatícios, na forma prevista no art. 85, § 11, do CPC/2015, ante a omissão da decisão de fls. 422/427e, que, ao deixar de conhecer do Recurso Especial da ora embargante, não se manifestou sobre a referida verba honorária.

Não se trata, portanto, da própria condenação em honorários advocatícios, mas da majoração dos honorários devida em razão do não conhecimento do recurso. Nessa perspectiva, tendo em vista que a parte recorrente foi intimada para interposição do Recurso Especial sob à égide do CPC/2015, deve ser aplicado o dispositivo que prevê a aludida majoração (art. 85, § 11, do CPC/2015), tal como postulou a UNIÃO.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 ,

No entanto, consoante assinalado pela parte embargante, a sentença, ao julgar a ação ordinária, considerando que "a parte autora decaiu de parte mínima do pedido", condenou a União em 10% (dez por cento) do valor da condenação (fls. 147/155e), o que restou mantido pelo Tribunal de origem (fls. 210/211e e 330/334e).

De fato, não obstante a vigência do art. 85, § 11, do CPC/2015 à época da interposição do Recurso Especial, não há como majorar os honorários advocatícios em desfavor da ora embargante, à míngua de anterior fixação de honorários advocatícios em seu desfavor.

Ante o exposto, **acolho**, em parte, os Embargos de Declaração, para, suprimindo obscuridade na decisão ora embargada, excluir a majoração em honorários advocatícios, tendo em vista que, na origem, não houve prévia fixação de honorários sucumbenciais.

I.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora